ATIVIDADES EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA CENTRAL: ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FLORESTA

Marcos Barros de SOUZA [1]
Sueli Ângelo FURLAN [2]

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivos: discutir o tema extrativismo e sua viabilidade ecológica; a forma como o extrativismo pode adaptar-se às mudanças ecológicas e sociais que afetam hoje a Amazônia; discutir o interesse em torno dessa atividade, num contexto mundial de cultivo de inúmeras espécies e de fabricação maciça de produtos sintéticos; e analisar como o extrativismo pode ser incorporado pelas novas formas de gestão da floresta que associam conservação e desenvolvimento. Baseada nos principais resultados de pesquisas envolvendo cientistas franceses e brasileiros, vinculadas ao programa de pesquisa interdisciplinar "Extrativismo na Amazônia Central: Viabilidade e Otimização", realizado no âmbito da cooperação entre o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e o IRD/França (Institut de Recherche pour le Développment – Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento), esta pesquisa considerou o destaque mundial do tema extrativismo, isto é, a exploração de produtos da floresta para fins comerciais. Foi realizado um histórico da ocupação da Amazônia e sobre os principais produtos extrativistas (farinha de mandioca, fibras, borracha, castanha, açaí, plantas medicinais, óleos e madeiras para perfumes, dentre outros) e suas áreas de produção. As reservas extrativistas situadas na Amazônia, em 1997, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (1998) são: Alto Juruá; Chico Mendes – Xapuri; Rio Cajiri; Rio Ouro Preto; Ciriaco; Mata Grande; Quilombo do Frexal; Extremo Norte do Estado do Tocantins; e Médio Juruá. Há, ainda, no Brasil mais duas reservas extrativistas, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (1998), localizadas em Santa Catarina (Pirajubaé) e Rio de Janeiro (Arraial do Cabo), que exploram espécies de berdigão, peixe crustáceo e pesca. As principais espécies exploradas no âmbito do extrativismo na Amazônia central são: castanheira-da-amazônia; seringa; açaí-do-mato; pau-rosa; piaçabeira; copaíba; tucumã; jauari; cipó-titica; andiroba; buriti; cumaru; sorva; pedra-hume-kaá; babaçu; puxuri; ucuuba; timbó; jatobá; caucho; balata; maçaranduba; rosadinha; e ucuquirana. O processo de ocupação da Amazônia ocorreu em várias etapas, associadas à procura dos recursos naturais da floresta. A exploração desses recursos, cuja natureza mudou ao longo do tempo segundo a demanda dos mercados consumidores e os progressos técnicos, estruturou, de modo durável, o território amazônico e as relações sociais. Nesse sentido, a história da Amazônia é indissociável da história do extrativismo. O extrativismo, considerado como modo de produção arcaico baseado no esgotamento dos recursos naturais ou como componente de um desenvolvimento equilibrado da Amazônia, sempre foi objeto de opiniões extremas na discussão sobre as possibilidades de valorização da floresta amazônica. A seguir foram apresentadas perspectivas do extrativismo e desenvolvimento regional. Analisando as atividades extrativistas tradicionais da Amazônia foi possível destacar estratégias de desenvolvimento que visam à conservação da floresta. Verificou, ainda, se as reservas extrativistas, além de servirem como uma solução para problemas sociais, podem também oferecer rotas viáveis para permitir uma boa qualidade de vida para as populações que utilizam as atividades extrativistas. Há dois aspectos das atividades extrativistas: sua importância atual para as populações da floresta e sua

[1] Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Mestrando em Geografia Física, marcos@prudente.unesp.br.
[2] Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Professor Doutor, suelifurlan@uol.com.br.

flexibilidade, que lhes permite adaptar-se a contextos variados. Os estudos desenvolvidos sobre as atividades extrativistas estão longe de demonstrar que elas constituem, de per si, as chaves de um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais tropicais. Mas elas fazem pensar que as políticas de desenvolvimento deveriam levá-las seriamente em consideração como componente dos sistemas de produção e, numa visão em longo prazo, de uma adaptação progressiva para sistemas de tipo agroflorestal, valorizando economicamente os produtos oferecidos pela floresta.

INTRODUÇÃO

O termo extrativismo designa os sistemas de exploração de produtos florestais destinados ao comércio regional, nacional ou internacional, diferenciando-se das atividades de coleta cujos produtos estejam limitados ao consumo familiar ou a um escambo local. Tanto o extrativismo como a coleta depende de duas lógicas econômicas diferentes, sendo uma regulada pelo mercado externo e outra pelas necessidades da unidade doméstica.

A exploração dos produtos florestais tem uma retomada de interesse a partir de 1975, a partir das reivindicações dos seringueiros do Estado do Acre, que lutavam contra a política de desenvolvimento que visava transformar em fazendas de gado grandes extensões da floresta, local de onde retiravam seu sustento.

Como resultado desta luta, através de apoio de comunidades científicas e políticas, além de setores da mídia, resultou na criação de reservas extrativistas, em 1990. Trata-se, assim, de áreas concedidas de forma coletiva a grupos que vivem tradicionalmente da exploração dos produtos da floresta. O usufruto das reservas extrativistas deve estar, contudo, subordinado a um manejo sustentável dos recursos.

A superfície total dessas reservas é pequena, representando apenas 0,6% do território amazônico, contudo seu estatuto é inovador, os direitos territoriais dessas populações que vivem da floresta são reconhecidos.

Os estudos sobre o extrativismo iniciam-se nos anos 80 e centram-se nos casos bem particulares dos seringueiros do Acre, dos castanheiros da região de Marabá (Pará) ou das populações que exploram o açaí no Estado do Pará, ou seja, sobre as atividades extrativistas mais perceptíveis, as populações de coletores mais organizadas ou as situações de desmatamento mais preocupantes.

O extrativismo diz respeito a aproximadamente um terço da população rural e é praticado em toda a Amazônia. A importância econômica representa aproximadamente 5% (7,5% no Acre) do valor dos produtos do setor primário, contra 90% no início do século.

O declínio progressivo do volume das transações é acompanhado por uma queda no número de produtos, reduzido à metade durante entre as décadas de 70 e 90. Alguns produtos explorados, como a castanha-da-amazônia ou a essência de pau-rosa são destinados ao comércio internacional; outros, como a borracha ou a piaçava são destinados ao mercado nacional e os produtos como a andiroba, os frutos das palmeiras de tucumã ou açaí são comercializados em escala regional ou local.

Contudo, seja a exploração de produtos para o comércio local, regional, nacional ou internacional, o coletor continua preso ao aviamento, sistema econômico que consiste em adiantamento em gêneros alimentícios ou bens manufaturados em troca de produtos extrativistas e que, pelo endividamento que acarreta, foi e é um instrumento de sujeição de uma parte da população amazônica.

Atualmente o extrativismo é um componente de sistemas de produção que associam uma agricultura de corte e queima, cujos produtos destinam-se primeiramente à auto-subsistência, à caça, à pesca, à coleta e, às vezes, à pequena criação.

O extrativismo é um elemento importante das estratégias familiares e sua prática depende de fatores como: calendário de trabalhos agrícolas, força de trabalho disponível, situação financeira, pressão do comércio local e preferências individuais.

Esta pesquisa teve como objetivos: discutir o tema extrativismo e sua viabilidade ecológica; a forma como o extrativismo pode adaptar-se às mudanças ecológicas e sociais que afetam hoje a Amazônia; discutir o interesse em torno dessa atividade, num contexto mundial de cultivo de inúmeras espécies e de fabricação maciça de produtos sintéticos; e analisar como o extrativismo pode ser incorporado pelas novas formas de gestão da floresta que associam conservação e desenvolvimento.

MÉTODOS e TÉCNICAS

Esta pesquisa, baseada nos principais resultados de pesquisas envolvendo cientistas franceses e brasileiros, vinculadas ao programa de pesquisa interdisciplinar “Extrativismo na Amazônia Central: Viabilidade e Otimização”, realizado no âmbito da cooperação entre o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e o IRD/França (Institut de Recherche pour le Développment – Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento), considerou o destaque mundial do tema extrativismo, isto é, a exploração de produtos da floresta para fins comerciais.

Foi realizado um histórico da ocupação da Amazônia e sobre os principais produtos extrativistas (farinha de mandioca, fibras, borracha, castanha, açaí, plantas medicinais, óleos e madeiras para perfumes, dentre outros) e suas áreas de produção.

As reservas extrativistas situadas na Amazônia, em 1997, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (1998) são: Alto Juruá; Chico Mendes – Xapuri; Rio Cajiri; Rio Ouro Preto; Ciriaco; Mata Grande; Quilombo do Frexal; Extremo Norte do Estado do Tocantins; e Médio Juruá.

Há, ainda, no Brasil mais duas reservas extrativistas, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (1998), localizadas em Santa Catarina (Pirajubaé) e Rio de Janeiro (Arraial do Cabo), que exploram espécies de berdigão, peixe crustáceo e pesca.

As principais espécies exploradas no âmbito do extrativismo na Amazônia central são: castanheira-da-amazônia; seringa; açaí-do-mato; pau-rosa; piaçabeira; copaíba; tucumã; jauari; cipó-titica; andiroba; buriti; cumaru; sorva; pedra-hume-kaá; babaçu; puxuri; ucuuba; timbó; jatobá; caucho; balata; maçaranduba; rosadinha; e ucuquirana.

O processo de ocupação da Amazônia ocorreu em várias etapas, associadas à procura dos recursos naturais da floresta. A exploração desses recursos, cuja natureza mudou ao longo do tempo segundo a demanda dos mercados consumidores e os progressos técnicos, estruturou, de modo durável, o território amazônico e as relações sociais. Nesse sentido, a história da Amazônia é indissociável da história do extrativismo.

O extrativismo, considerado como modo de produção arcaico baseado no esgotamento dos recursos naturais ou como componente de um desenvolvimento equilibrado da Amazônia, sempre foi objeto de opiniões extremas na discussão sobre as possibilidades de valorização da floresta amazônica.

Se as implicações ecológicas do extrativismo estão em primeiro plano no debate, as características bioecológicas das espécies exploradas assim como a variedade dos seus modos de exploração raramente são levadas em consideração.

As características bioecológicas, colocadas em relação com as práticas de exploração e seus impactos, condicionam certo modo de ocupação do território e de apropriação dos recursos, acarretam concorrências ou complementaridades com outras atividades e influem sobre as percepções locais dos recursos. Assim, as dinâmicas evolutivas do extrativismo,

quer se trate de um manejo florestal ou de uma transição para sistemas agroflorestais ou plantações moespecíficas, dependem dessas características.

Uma das vantagens da simples exploração da floresta reside na utilização de um capital diretamente disponível e cuja renovação se dá espontaneamente. Mas a observação das estruturas demográficas das espécies exploradas mostra que há um forte potencial de indivíduos que, por razões como ataques de parasitas, predação de herbívoros, exigências ecológicas especiais, concorrência com outras espécies, dentre outras, não chegam a se desenvolver.

Um manejo apropriado desse conjunto possibilitaria densificar recursos sem alterar o ecossistema florestal. Esse adensamento, no entanto, para continuar a ser compatível com o interesse do capital natural, deve utilizar poucos investimentos em trabalho e em capital financeiro. Esse manejo florestal só pode ser preconizado em âmbitos fundiários estabilizados, com uma apropriação definida dos recursos, condições raramente cumpridas, à exceção do âmbito jurídico das Reservas Extrativistas e, potencialmente, das Áreas Indígenas.

Os debates sobre a valorização econômica da floresta amazônica favoreceram a criação de uma confusão entre extrativismo e reserva extrativista. O extrativismo dificilmente pode ser visto como uma prática geradora de desenvolvimento em si na medida em que não é uma atividade praticada de maneira exclusiva, inserindo-se, com grande variabilidade, em múltiplos sistemas de produção em que a agricultura, a caça e a pesca estão também presentes. A reserva extrativista refere-se a uma forma jurídica que possibilitaria a exploração regular e a comercialização privilegiada de um ou vários recursos naturais por meio de um manejo do território controlado pelas populações locais. O direito de uso é concebido gratuita e coletivamente às comunidades envolvidas, ficando a cargo delas observar um plano de manejo estabelecido em associação com o IBAMA.

De uma reflexão sobre a exploração de um recurso com valor de troca, passou-se a uma proposição de zoneamento de um território e de manejo de seus recursos naturais. O funcionamento da reserva é regulado por uma relação contratual entre o poder público e as comunidades reconhecidas como guardiãs de um patrimônio natural, o que implica a existência de um interesse coletivo e de um consenso nacional.

A existência de um reserva extrativista repousa sobre postulados inovadores, até então ignorados pelas políticas clássicas de ocupação da Amazônia. Implica novas relações entre sociedades e seus territórios, alheias a uma história do extrativismo que se apóia sobre séculos de sujeição de coletores a seus patrões, por meio do aviamento, assim como sobre uma lógica predatória de exploração dos recursos naturais, considerados como um capital natural.

A criação de uma reserva não pode ser preconizada de forma independente do contexto regional, pois ela altera totalmente as relações de força, podendo criar novas contradições, sem, para tanto, resolver os tradicionais conflitos de uso e o problema de controle social sobre os recursos.

O futuro do extrativismo na Amazônia, de modo geral, e nas reservas, em particular, acarreta duas discussões diferentes, embora convergentes. O extrativismo aparece como um componente importante da economia regional, associando-se, portanto, ao debate sobre a valorização econômica e a conservação dos recursos florestais, mais particularmente os produtos não lenhosos da floresta, que foi por muito tempo designados, equivocadamente, como produtos secundários da floresta.

Em todas as áreas de florestas tropicais, os estudos convergem para mostrar que os produtos florestais não lenhosos têm um papel de destaque nas sociedades florestais ou periflorestais. Em primeiro lugar, eles contribuem de maneira significativa para a vida cotidiana. Fornecem complementos alimentares (tanto frutos selvagens como caça), assim como o essencial da farmacopéia e dos materiais que servem para construção de casas, do

mobiliário e dos utensílios. Contudo os produtos florestais não lenhosos estão longe de servir exclusivamente para a subsistência.

Por meio das atividades extrativistas, os produtos florestais não lenhosos contribuem também para o aumento notável das rendas familiares. Para muitas famílias da floresta ou de sua periferia, eles são a única fonte de renda, o único acesso aos bens de consumo. Eles fornecem às populações urbanas produtos alimentícios e medicinais, dentre outros, ultrapassando, assim, o âmbito da economia familiar.

Na Amazônia, o extrativismo contribui para um aumento da renda das populações da floresta, tendo, com exceção de alguns produtos como o pau-rosa, um fraco impacto sobre os ecossistemas florestais. As práticas extrativistas são, por outro lado, capazes de evoluir para práticas de manejo caracterizadas pela necessidade de poucos insumos e pela utilização de processos naturais e respeitando as aspirações das populações locais. Sistemas agroflorestais possibilitam, por exemplo, pela concentração do recurso, uma maior rentabilidade do trabalho.

Os trunfos maiores das atividades extrativistas residem em sua flexibilidade e na capacidade que elas têm de se integrar a sistemas de produção complexos. Essa flexibilidade é essencialmente devida á diversidade dos produtos explorados e das práticas de exploração. Elas representam, também, a vantagem de estarem bem integradas nas culturas locais, Por fim, são capazes de evoluir para práticas agroflorestais.

RESULTADOS

Analisando as atividades extrativistas tradicionais da Amazônia foi possível destacar estratégias de desenvolvimento que visam à conservação da floresta. Verificou, ainda, se as reservas extrativistas, além de servirem como uma solução para problemas sociais, podem também oferecer rotas viáveis para permitir uma boa qualidade de vida para as populações que utilizam as atividades extrativistas, como os seringueiros, os castanheiros, os babaçueiros, os coletores de berbigão e os pescadores.

Há dois aspectos das atividades extrativistas: sua importância atual para as populações da floresta e sua flexibilidade, que lhes permite adaptar-se a contextos variados. Os estudos desenvolvidos sobre as atividades extrativistas estão longe de demonstrar que elas constituem, de per si, as chaves de um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais tropicais. Mas elas fazem pensar que as políticas de desenvolvimento deveriam levá-las seriamente em consideração como componente dos sistemas de produção e, numa visão em longo prazo, de uma adaptação progressiva para sistemas de tipo agroflorestal, valorizando economicamente os produtos oferecidos pela floresta.

REFERÊNCIAS

AUBERTIN, Catherine. A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 23-30.

AUBERTIN, Catherine. As reservas extrativistas: inventário. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 161-168.

BAHRI, Sylvia. Do extrativsmo aos sistemas agroflorestais. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 167-176.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Os principais produtos extrativistas e suas áreas de produção. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 91-98.

CASTRO, Aline. O extrativismo do açaí na Amazônia central. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 129-138.

EMPERAIRE, Laure, LESCURE, Jean-Paul. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 139-148.

LESCURE, Jean-Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 191-204.

PINTON, Florence, AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, Laure (Editora Científica). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 151-160.